MOBILIDADE SOCIAL
NA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE¹

Flávia Cristina Drumond Andrade²
Roberto Nascimento Rodrigues³

INTRODUÇÃO

Em sociedades capitalistas o desenvolvimento econômico distribui-se de forma assimétrica para o conjunto da sociedade, favorecendo alguns grupos mais do que outros, o que resulta em ganhos relativos diferenciados. Mas ganhos relativos são por natureza seletivos e as classes ainda não beneficiadas pelo desenvolvimento podem se rebelar contra a situação, enquanto as demais poderão tentar manter o status quo. No entanto, existem divergências a respeito de quais os impactos da mobilidade sobre as aspirações sociais e comportamentos dos indivíduos. Alguns autores acreditam que, em sociedades com uma grande mobilidade social, ter-se-ia a geração de expectativas de ascensão nas classes ainda não favorecidas por esse processo, o que permitiria uma convivência pacífica entre os indivíduos, mesmo que houvesse um aumento das desigualdades relativas.

Nesse sentido, a mobilidade social atuaria como um apaziguador numa sociedade desigual. Para os que sobem a ascensão seria sentida como uma promoção social; para os que continuam imóveis a esperança é que no futuro também sejam beneficiados pelo processo. A idéia do “efeito túnel”, ou seja, aquilo que é crítico num túnel engarrafado é nenhuma fila se mover, pode ser utilizada nesse contexto: mesmo que a fila do lado se mova antes, a expectativa que se gera é que, em breve, as demais também irão se mover.

Na verdade, a mobilidade social diz respeito a mudanças no status social. Em termos macrosociais o status social se refere à

¹ Este artigo é baseado em Monografia realizada por Flávia Cristina Drumond Andrade, sob a orientação do prof. Roberto Nascimento Rodrigues, apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.
² Mestranda em Demografia no CEDEPLAR/UFMG.
³ Professor do Departamento de Demografia e Pesquisador do CEDEPLAR/UFMG.
posição que um indivíduo ocupa numa hierarquia de um determinado sistema de estratificação social, sendo que a localização dessas posições encontra-se definida por normas que regem aquele sistema (Pastore, Castro, 1983). A mobilidade social é justamente a mudança de uma posição para outra na hierarquia de status. A maioria dos estudos utiliza-se do status ocupacional como uma proxy da mobilidade social, mas ela pode ser abordada também pelo enfoque educacional ou da renda e deve ser vista como um fenômeno complexo não só pelas várias possibilidades metodológicas que existem para abordá-la, mas também por provocar diferentes respostas dependendo do momento em que ocorre e do tipo de mobilidade observada.

Os estudos sobre mobilidade social no Brasil são bastante reduzidos e concentram-se em cinco campos de pesquisa: mobilidade ocupacional inter e intrageracional, mobilidade e segmentação do mercado de trabalho entre os setores formal e informal da economia, mobilidade de renda e mobilidade educacional intergeracional. Essa escassez está relacionada, também, ao número limitado de bases de dados adequadas. Neste sentido, a inclusão de um suplemento especial sobre participação político-social na PNAD-88, que introduz questões relativas à mobilidade social, representa uma oportunidade ímpar de implementar esse tipo de análise.

Este estudo tem como universo de investigação a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que representa um dos pólos econômicos mais dinâmicos e importantes do Brasil e que tem sido, apesar disso, pouco focalizada em termos de análises que visam uma compreensão mais específica, e ao mesmo tempo mais integrada, do perfil de sua economia e de sua força de trabalho.

Ao contrário do que ocorre com a grande maioria dos estudos sobre mobilidade social no Brasil, a abordagem não se restringe aos homens, chefes de família, de idade compreendida entre 20 e 64 anos. A amostra é constituída por homens e mulheres, chefes do domicílio e cônjuges, de idade entre 10 e 64 anos. A inclusão das mulheres deve-se ao fato de que sua participação no mercado de trabalho tem sido cada vez mais marcante, e isso é tanto mais verdade quando se trabalha com uma região metropolitana. Ademais, os homens não chefes de família também realizam mobilidade social e os impactos das movimentações desses grupos podem afetar o resultado da mobilidade social global.

O artigo discute, primeiro, os principais conceitos e variáveis envolvidos na questão da mobilidade social, buscando explicitar seu caráter multifacetado e, em seguida, a metodologia e fonte de dados, antes de abordar a mobilidade e evolução da estrutura educa-
cional entre as gerações dos pais e filhos e a mobilidade ocupacional intra e intergeracional na RMBH. A análise destaca os diferenciais por idade e sexo. Por último, são apresentadas algumas considerações finais.

A MOBILIDADE SOCIAL
E SUAS DIVERSAS INTERFACES

A mobilidade social depende tanto de mudanças estruturais quanto de mudanças individuais. As mudanças estruturais podem ser vistas a partir de transformações setoriais, nos tipos de emprego e ocupação. Já no que diz respeito às mudanças individuais, destacam-se a educação, experiência, informação e relacionamentos-contatos (Peliano, 1992).

Algumas variáveis como a educação, ocupação e renda são amplamente utilizadas nos estudos sobre mobilidade social, outras como o status migratório, idade, sexo e raça podem ser empregadas a fim de caracterizar o fenômeno para distintos segmentos sociais. Nesta seção faz-se uma breve discussão sobre a utilização das variáveis educação e ocupação nos estudos sobre mobilidade social no Brasil.

Educação


Pastore (1979) conclui em sua pesquisa que as variáveis background (status do pai, status inicial, status migratório) possuem pouca importância, enquanto variáveis individuais (educação e idade) apresentam grande contribuição na explicação da mobilidade. Souza, Silva (1984) destacam a importância desse componente e descartam a hipótese de aleatoriedade no processo de mobilidade intersetorial. No entanto, ressaltam que educação é mais importante para o setor formal.
A variável educação é utilizada também nos estudos sobre desigualdade na distribuição de rendas. Por exemplo, a teoria do capital humano enfatiza que os agentes econômicos alocam o seu tempo à educação baseando-se em preferências individuais e nos diferentes retornos do mercado advindos dos distintos níveis educacionais. Agindo como atores racionais, buscam sempre a maximização do bem-estar (ou renda) (Bonelli, Ramos, 1993). Ou seja, a educação obedece a uma opção racional entre os custos atuais e o ingresso futuro em um contexto mais amplo de maximização de ganhos do indivíduo. Assim, a distribuição da educação corresponde a uma distribuição de preferências, sendo portanto, considerada exógena.

Em uma sociedade com perfeita informação e iguais possibilidades de acesso à educação, a desigualdade na distribuição de renda seria resultado de escolhas individuais e do estágio na carreira. Nesse caso, todos os indivíduos teriam, a princípio, a mesma possibilidade de ascensão social. No entanto, o quadro brasileiro é bem diferente: os mercados são imperfeitos e incompletos e o acesso à educação não é igual. Alguns estudos sobre mobilidade não desconhecem esse fato e introduzem em sua análise variáveis de controle relativos aos antecedentes prévios sobre o grupo a que pertence o indivíduo.

Serra (1975) faz algumas observações a respeito da importância da educação como componente gerador de desigualdades. A primeira enfatiza que renda e educação sempre se correspondem, embora não se possa dizer que desníveis educacionais provocam desníveis de renda. A segunda considera que por trás da educação encontram-se variáveis como riqueza, nível de renda e preparação cultural prévia que possibilitam um melhor nível educacional. Por último, menciona que apesar da educação corrigir eventuais desajustes entre demanda e oferta de mão-de-obra, esta não é capaz por si só de alterar a estrutura ocupacional; além disso, destaca que o acesso a melhores ocupações está condicionado pela situação de classe e renda prévia (Peliano, 1992).

No entanto, apesar de ser necessário qualificar as explicações proporcionadas pela educação no que tange à mobilidade social e desigualdade na distribuição de renda⁴, a sua importância para o processo de desenvolvimento econômico e social é indiscutível.

---

⁴ "(...) não se pode isolar a variável educação do conjunto das demais variáveis para se lhe atribuir determinado significado, quando se trata de analisar a distribuição de renda" (Peliano, 1992, p. 111).
Ocupação

A ocupação exerce papel de destaque nos estudos sobre mobilidade social. Peliano (1992) considera que

"no decorrer da vida profissional os indivíduos se posicionam na estrutura social, decorrendo, em conseqüência, seus estilos de vida de acordo com a ocupação que possuem e do cargo que ocupam. Daí que a maior parte dos estudos sobre mobilidade e estratificação social tome o status ocupacional como espelho (proxy) de status social" (Peliano, 1992, p. 135).

A mobilidade ocupacional é então entendida como resultado das mudanças que ocorrem na posição de trabalho, as quais por seu turno implicam em modificações nas condições de trabalho e bem-estar para as famílias. Mudar de status ocupacional significa passar de uma posição na escala hierárquica de um determinado sistema de estratificação social para outra.

Pastore, Cabral Neto (1983) consideram que as transformações nos diversos setores da economia, caracterizadas pelo volume que geram e pelos graus de diferenciação das novas ocupações constituem forças estruturais que exercem maior peso sobre a mobilidade social. Vieira Cunha (1983) prossegue afirmando que é o ritmo da acumulação do capital que determina em grande medida a taxa de mobilidade ocupacional ao induzir não só a geração de empregos como também a destruição de alguns segmentos da estrutura de produção existente.

Os tipos de mobilidade ocupacional estudados são a mobilidade ocupacional intra e intergeracional. A mobilidade ocupacional intrageracional diz respeito às variações ocorridas ao longo da carreira do indivíduo e a mobilidade ocupacional intergeracional refere-se às mudanças ocupacionais entre gerações. As variáveis-chave nessas análises são o status ocupacional do pai, quando o filho começou a trabalhar; status ocupacional do indivíduo no início de carreira e o status atual.

Nessas análises, o status ocupacional é tomado como uma proxy do status social. Pastore (1979) destaca que muitos especialistas questionam a unidimensionalidade das classificações ocupacionais, a legitimidade de agruparem-se as ocupações em estratos sociais e de estabelecerem-se distâncias entre esses. No entanto, o status ocupa-
cional é reconhecido como a indicação mais sintética e estável para a comparação de gerações e grupos sociais no tempo. A utilização de indicadores de renda por longos períodos é descartada em razão das dificuldades técnicas (controle de rendas não-monetárias, inflação, diferença de unidades, dentre outras) (Peliano, 1992).

Os trabalhos sobre mobilidade ocupacional no Brasil utilizaram-se de metodologia e fonte de informação semelhante. As PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio) realizadas pelo IBGE são a única fonte de dados que contêm informações sobre mobilidade social no Brasil. A escala de status ocupacional que tem sido utilizada nos trabalhos é a de Silva (1974). Na realidade, o ideal seria que ao longo do período mudanças fossem introduzidas na escala. Contudo, Pastore (1979) observa que, apesar do significado de uma ocupação não ser o mesmo durante todas as décadas envolvidas num estudo sobre mobilidade social, dificilmente uma ocupação cruza a fronteira de estratos ou classes sociais.

Os estudos sobre mobilidade social, quer seja considerando educação, ocupação ou renda, podem envolver também a consideração de variáveis de controle, tais como idade, sexo, raça, região e status migratório que em muito enriquecem o conhecimento de como a desigualdade e mobilidade aparecem para os diferentes segmentos sociais.

FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) para a RMBH6 ano de 1988. Para fins de estudo da mobilidade social foi selecionada uma subamostra de homens e mulheres de idade compreendida entre 10 e 64 anos.

Num primeiro estágio, as 367 ocupações existentes foram agrupadas em seis grandes classes ocupacionais de acordo com a tipologia desenvolvida por Matos (1994), baseada no trabalho de Médici (1988), que incorpora aspectos relacionados às transformações na estrutura ocupacional das cidades em função do processo de urba-

5 São considerados neste estudo apenas os controles por idade e sexo. Para uma breve discussão sobre utilização de variáveis de controle em estudos de mobilidade social veja Andrade (1994).

nização. A classe Superior inclui proprietários e empresários, admi-
nistradores, profissionais de nível superior e técnicos de nível médio. A classe Qterciária é constituída por trabalhadores qualificados do comércio, serviços, transportes e comunicações. Agrupando os tra-
balhadores não qualificados e semi-qualificados do comércio, serviços, transportes e serviços braçais está a classe Terciária. A classe Secun-
dária é formada por trabalhadores da indústria de transformação e da 
construção civil. A classe Primária pode ser considerada como a 
mão-de-obra da agropecuária e das atividades extrativistas (vegetal e 
animal). Por último, foram agrupadas as outras ocupações e ocupações 
ão definidas ou mal declaradas.

Posteriormente, reagrupamos as ocupações em seis estra-
tos ocupacionais segundo a tipologia desenvolvida por Silva (1974). Sua “escale de posição social” constitui-se num indicador que combina 
ocupação, educação e renda. Essas três variáveis formam o status 
social dos indivíduos e seus pais. Os estratos ocupacionais considera-
dos foram: baixo inferior, baixo superior, médio inferior, médio médio, 
médio superior e alto\(^7\).

O estrato baixo inferior pode ser considerado como a 
mão-de-obra rural não qualificada. A categoria baixo superior difere 
deca primeira por se tratar de mão-de-obra urbana não qualificada. A 
class média baixa é dividida por um grande número de ocupações 
manuais qualificadas (mecânicos, eletricistas, pintores, motoristas,
padeiros, doceiros, enfermeiros não diplomados, operadores de máqui-
nas, etc.). A categoria média média, inclui as ocupações não manuais 
qualificadas (administradores na agropecuária, músicos, corretores,
despachantes, professores primários, oficiais das forças armadas, etc.). 
A classe média superior é constituída por administradores de grandes 
empresas (públicas ou privadas), professores secundários e pecuaris-
tas, dentre outros. A classe alta é formada por profissionais liberais 
de alta renda, industriais, altos executivos, juízes, professores supe-
riores, magistrados, etc\(^8\).

Como ressaltado por Pastore, Castro (1983), existem defi-
 ciências nas construções de tipologias devido a grande heterogeneida-
de interna das informações censitárias mas, apesar disso, os desvios 
se mantêm dentro de níveis aceitáveis. Um exemplo claro do exposto

\(^7\) Para ver sinteticamente como Silva (1974) procedeu às regressões e hierarquizou as 

\(^8\) A partir de agora, quando tratarmos de tipologia desenvolvida por Matos (1994) utilizaremos 
a definição de classes ocupacionais e para a agregação de Silva (1974) a definição de estratos 
sociais. Entretanto, não se deve esquecer que ambas constituem-se em formas de 
estratificações sociais.
é a categoria “agricultores”, a qual inclui desde pequenos agricultores até grandes latifundiários.

Quanto à comparação de nível educacional entre filhos e seus pais, buscamos compatibilizar as informações da seguinte forma:

- **Analfabetos**: filhos com menos de um ano ou sem instrução e os pais não alfabetizados;
- **1º Grau Incompleto**: filhos de um a sete anos de estudo e pais alfabetizados ou com elementar incompleto e completo;
- **1º Grau Completo**: filhos com oito anos de estudo e pais com médio primeiro ciclo;
- **2º Grau**: filhos com educação entre nove e onze anos e pais com o médio segundo ciclo;
- **Superior**: filhos com doze anos ou mais de estudo e pais de nível de instrução superior.

A metodologia utilizada para a análise da mobilidade ocupacional intra e intergeracional foi a construção de matrizes de transição de status que relacionam origem e destino social e algumas medidas de mobilidade. O principal instrumento estatístico para a mensuração e análise da mobilidade social é a matriz de transição, sendo que as medidas de mobilidade dela decorrem.

A matriz de transição evidencia as mudanças no status social ocorridas entre os grupos populacionais ao longo do tempo, e são essas mudanças que refletem a noção de distância social percorrida pelos segmentos móveis. A matriz serve tanto para relacionar o status social do pai *vis-à-vis* o do filho quanto para mostrar a situação atual (destino) do indivíduo, tendo em vista o seu status inicial (origem). No primeiro caso, trata-se da mobilidade intergeracional e, no segundo, da mobilidade intrageracional.

A matriz de mobilidade apresenta-se da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Status de Origem</th>
<th>1</th>
<th>2</th>
<th>( t )</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>( n_{11} )</td>
<td>( n_{12} )</td>
<td>( n_{1t} )</td>
<td>( n_{1} ).</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>( n_{21} )</td>
<td>( n_{22} )</td>
<td>( n_{2t} )</td>
<td>( n_{2} ).</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots ).</td>
</tr>
<tr>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( \ldots ).</td>
</tr>
<tr>
<td>( t )</td>
<td>( n_{n1} )</td>
<td>( n_{n2} )</td>
<td>( n_{nt} )</td>
<td>( n_{t} ).</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>( n.1 )</td>
<td>( n.2 )</td>
<td>( \ldots )</td>
<td>( n.t )</td>
</tr>
</tbody>
</table>

414
As linhas da matriz de transição indicam o destino dos indivíduos pertencentes a uma mesma origem social. Já as colunas dizem respeito às diversas origens das pessoas dada uma mesma situação de destino. Se no lugar da origem colocarmos o status social dos pais e no destino, o status social dos filhos, as linhas representarão o status dos filhos, tendo em vista uma origem social comum (pais com o mesmo status), ao passo que as colunas dirão para cada status dos filhos quais os status dos pais.

A diagonal principal da matriz de transição indica os casos de imobilidade social, ou seja, aqueles casos em que não houve alteração entre o status de origem e destino. Assim, quanto maiores as porcentagens encontradas na diagonal principal, menor o grau de mobilidade social.

Considerando o status 1 como o mais elevado e t como o inferior, tem-se que acima da diagonal principal a mobilidade é descendente, e abaixo dessa a mobilidade é ascendente. A soma de todos os casos de mobilidade ascendente ou descendente irá fornecer a magnitude da mobilidade social total.

Quanto às medidas de mobilidade, essas buscam mensurar a mobilidade total, ascendente e descendente.

Mobilidade Total: \( 1 - \Sigma n_{ii} / N \), onde \( n_{ii} \) são os valores da diagonal principal e \( N \) é o total de indivíduos;

Mobilidade Descendente: \( \Sigma (+n_{i} - n_{ii}) / N \), onde \( +n_{i} \) são as magnitudes acima da diagonal principal;

Mobilidade Ascendente: \( \Sigma (-n_{.i} - n_{ii}) / N \), onde \( -n_{.i} \) são os valores abaixo da diagonal principal.

A mobilidade total agrega o conjunto de indivíduos que alteraram (melhoraram ou pioraram) sua posição na hierarquia de estratificação social, sendo que essa alteração pode observar-se ao longo da carreira do indivíduo ou em relação ao status de seus pais. A mobilidade descendente diz respeito aos indivíduos que desceram na escala social, ou seja, ocupam atualmente uma posição inferior àquela do início de carreira (intrageracional) ou à de seu pai (intergeracional). A mobilidade ascendente é justamente o oposto e ocorre quando uma pessoa melhora sua posição na hierarquia social.
MOBILIDADE E ESTRUTURA EDUCACIONAL ENTRE AS GERAÇÕES DOS PAIS E FILHOS

O mercado de trabalho, cada vez mais seletivo, tem exigido níveis educacionais progressivamente mais elevados para uma mesma ocupação. Além disso, com a modernização da economia, o número de ocupações técnicas que requer mão-de-obra especializada e qualificada é cada vez maior. Dessa forma, os trabalhadores têm que se adaptar às necessidades e exigências do mercado, ampliando seu nível educacional. Na medida em que as oportunidades ocupacionais encontram-se bastante relacionadas ao nível educacional, os ganhos educacionais estão fortemente correlacionados a ganhos sociais e ocupacionais. Todavia, melhorias no nível educacional não necessariamente repercutem em ascensão social, embora aumentem as chances do indivíduo obtê-las.

Como reflexo da ampliação das oportunidades de ensino e das exigências do mercado, as gerações mais atuais têm apresentado níveis de escolaridade mais elevados. Isto fica mais evidente a partir dos dados da Tabela 1. É possível perceber que a proporção de pessoas com o 2º Grau eleva-se (com raras exceções) com a diminuição da idade, indicando um potencial maior de pessoas com possibilidades de atingir o nível superior, em relação às gerações mais idosas, que não mais continuariam ou voltariam a estudar.

Tabela 1
GRUPOS DE IDADE E NÍVEL EDUCACIONAL DO FILHO – RMBH 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Níveis Educacionais</th>
<th>10-17</th>
<th>18-24</th>
<th>25-29</th>
<th>30-34</th>
<th>35-39</th>
<th>40-44</th>
<th>45-49</th>
<th>50-54</th>
<th>55-59</th>
<th>60-64</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>5.26</td>
<td>2.28</td>
<td>3.55</td>
<td>5.68</td>
<td>7.10</td>
<td>10.91</td>
<td>15.33</td>
<td>17.33</td>
<td>23.90</td>
<td>28.93</td>
<td>7.61</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau Incompleto</td>
<td>86.45</td>
<td>51.51</td>
<td>48.38</td>
<td>50.52</td>
<td>52.97</td>
<td>57.44</td>
<td>56.00</td>
<td>59.11</td>
<td>53.02</td>
<td>48.93</td>
<td>60.28</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau Completo</td>
<td>4.40</td>
<td>12.23</td>
<td>11.90</td>
<td>10.75</td>
<td>8.37</td>
<td>6.00</td>
<td>6.33</td>
<td>6.00</td>
<td>6.59</td>
<td>5.00</td>
<td>8.36</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>3.71</td>
<td>27.05</td>
<td>23.18</td>
<td>20.19</td>
<td>16.10</td>
<td>11.32</td>
<td>12.33</td>
<td>8.22</td>
<td>9.89</td>
<td>11.43</td>
<td>15.42</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>0.00</td>
<td>6.14</td>
<td>12.52</td>
<td>12.41</td>
<td>15.04</td>
<td>14.19</td>
<td>10.83</td>
<td>9.11</td>
<td>6.59</td>
<td>5.71</td>
<td>8.12</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>0.17</td>
<td>0.79</td>
<td>0.46</td>
<td>0.44</td>
<td>0.42</td>
<td>0.14</td>
<td>0.17</td>
<td>0.22</td>
<td>0.00</td>
<td>0.00</td>
<td>0.37</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
<td>100.0</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Então, do ponto de vista da educação, poderíamos ter ao menos duas possibilidades em termos de mobilidade ocupacional e
entrada da população no mercado de trabalho: a expectativa de ingresso em categorias ocupacionais mais condizentes com níveis de maior educação, e a possibilidade de mobilidade ocupacional movida por ascensão no status educacional. Isto vai depender, dentre outros fatores, da composição, natureza e transformações do setor produtivo, que coaduna a estrutura de oferta de empregos.

Em relação a seus pais, os filhos residentes na RMBH melhoraram o nível educacional (Tabela 2). Exemplo disso é que 22,9% dos pais e 32,5% das mães eram analfabetos, ao passo que a proporção cai para 7,6% em relação aos filhos. Da mesma forma, 3,7% dos pais e apenas 0,8% das mães possuíam curso superior, contra 8,1% dos filhos. É certo que a proporção de filhos com o 1º grau incompleto é bem maior do que aquela dos pais e mães na mesma condição, mas deve-se levar em consideração que enquanto para os pais e mães é muitas vezes uma situação definitiva, para os filhos há a possibilidade de alteração, por que muitos deles ainda estão estudando.

Tabela 2
EDUCAÇÃO DOS PAIS E DO FILHO – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível educacional</th>
<th>Educação do Pai</th>
<th>Educação da Mãe</th>
<th>Educação do Filho</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>22,9</td>
<td>32,5</td>
<td>7,6</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau incompleto</td>
<td>53,2</td>
<td>50,4</td>
<td>60,2</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau Completo</td>
<td>3,8</td>
<td>4,1</td>
<td>8,3</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>3,9</td>
<td>5,9</td>
<td>15,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>3,7</td>
<td>0,8</td>
<td>8,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>12,6</td>
<td>6,2</td>
<td>0,4</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
</tr>
</tbody>
</table>


De acordo com a Tabela 3 podemos ver que 28% dos filhos de pais analfabetos também não se alfabetizaram e 63% não terminaram o 1º grau. Quanto aos filhos de pais com o 1º grau incompleto, 57% também não terminaram o 1º grau. Por outro lado, 54% dos filhos de pais com o 2º grau e 69% dos filhos de pais de nível superior fizeram faculdade. Dessa forma, o que se percebe é que a educação do pai condiciona fortemente a educação do filho. Isto se expressa num alto grau de imobilidade (47%). Além disso, dadas as maiores oportunidades educacionais para a geração atual, em comparação com aquelas oferecidas à geração anterior, observa-se um elevado grau de mobilidade educacional ascendente (47,3%).
### Tabela 3

**MOBILIDADE EDUCACIONAL INTERGERACIONAL
EDUCAÇÃO DO PAI E DO FILHO – RMBH, 1988**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Educacional do pai</th>
<th>Nível educacional do filho</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>analfabeto</td>
<td>1º grau inc.</td>
<td>1º grau comp.</td>
<td>2º grau</td>
<td>superior</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>analfabeto</td>
<td>28,32</td>
<td>62,74</td>
<td>4,51</td>
<td>3,80</td>
<td>0,63</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>1º grau inc.</td>
<td>4,84</td>
<td>57,04</td>
<td>10,78</td>
<td>18,38</td>
<td>8,97</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>1º grau comp.</td>
<td>0,96</td>
<td>18,19</td>
<td>12,44</td>
<td>32,53</td>
<td>35,89</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2º grau</td>
<td>0,47</td>
<td>7,52</td>
<td>4,23</td>
<td>33,81</td>
<td>53,98</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>superior</td>
<td>0,49</td>
<td>3,90</td>
<td>3,42</td>
<td>23,41</td>
<td>68,78</td>
<td>100,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Mobilidade ascendente 47,30
Mobilidade descendente 5,64
Mobilidade total 52,94
Imobilidade 47,06


A Tabela 4 que relaciona o nível educacional do filho e o da mãe vem apenas reforçar o exposto anteriormente. A mobilidade educacional ascendente é um pouco maior, 55,5% e a descendente um pouco menor. Isto se deve ao fato das mães apresentarem, em média, níveis mais baixos o que possibilita uma maior mobilidade ascendente. Assim, o que se pode ver é que há uma grande correlação entre a educação dos pais e dos filhos.

### Tabela 4

**MOBILIDADE EDUCACIONAL INTERGERACIONAL
EDUCAÇÃO DA MÃE E DO FILHO RMBH, 1988**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Educacional da mãe</th>
<th>Nível educacional do filho</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>analfabeto</td>
<td>1º grau inc.</td>
<td>1º grau comp.</td>
<td>2º grau</td>
<td>superior</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>analfabeto</td>
<td>24,35</td>
<td>65,74</td>
<td>4,87</td>
<td>4,13</td>
<td>0,91</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>1º grau inc.</td>
<td>3,25</td>
<td>54,93</td>
<td>11,46</td>
<td>19,89</td>
<td>10,47</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>1º grau comp.</td>
<td>0,00</td>
<td>14,03</td>
<td>11,76</td>
<td>33,93</td>
<td>40,29</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2º grau</td>
<td>0,31</td>
<td>7,48</td>
<td>6,86</td>
<td>28,98</td>
<td>56,37</td>
<td>100,00</td>
</tr>
<tr>
<td>superior</td>
<td>0,00</td>
<td>4,43</td>
<td>8,90</td>
<td>22,22</td>
<td>64,45</td>
<td>100,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Mobilidade ascendente 55,51
Mobilidade descendente 3,59
Mobilidade total 59,10
Imobilidade 40,90

O início de carreira

Grande parte dos indivíduos que iniciam precocemente o trabalho é oriunda de famílias menos abastadas, que necessitam do trabalho da maioria de seus membros para a complementação da renda familiar. Dessa forma, crianças e jovens dirigem-se ao mercado de trabalho, muitas vezes ao setor informal, para ajudar a família. Alguns abandonam a escola, outros conciliam os estudos e o trabalho. Os que abandonam reduzem suas chances de melhorar de vida, pois o aumento do nível educacional reflete-se na expectativa de ascensão social. Por outro lado, os que começam a trabalhar em idades mais avançadas normalmente são aqueles que destinaram um maior tempo aos estudos e que, dessa forma, estão mais qualificados a entrar no mercado, e permanecer em melhores ocupações.

Os dados relativos à RMBH mostram que os indivíduos passaram a entrar no mercado de trabalho em idades um pouco mais avançadas. A idade média de entrada no mercado de trabalho elevou-se de 13,3 para 14,9 anos; um ganho de menos de dois anos em mais de cinco décadas. O resultado desse pequeno acréscimo é que a idade de entrada no mercado de trabalho é ainda bastante precoce (Tabela 5).

**Tabela 5**

**IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO, POR GRUPOS DE IDADE E PERÍODO DE NASCIMENTO – RMBH 1988**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Grupos de idade</th>
<th>Período de Nascimento</th>
<th>Idade ao começar</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>18-24</td>
<td>64-70</td>
<td>14.94</td>
</tr>
<tr>
<td>25-34</td>
<td>54-63</td>
<td>14.12</td>
</tr>
<tr>
<td>35-44</td>
<td>44-53</td>
<td>13.88</td>
</tr>
<tr>
<td>45-54</td>
<td>34-43</td>
<td>13.71</td>
</tr>
<tr>
<td>55-64</td>
<td>24-33</td>
<td>13.25</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A Tabela 6 apresenta a idade de entrada no mercado de trabalho e a classe ocupacional atual do indivíduo. Quanto mais alta é a classe, mais elevada é a idade ao começar. Os proprietários, administradores, profissionais de nível superior e técnicos de nível médio (classe superior) entram no mercado de trabalho, em média,
cinco anos mais tarde do que os trabalhadores extrativistas e do setor agropecuário (primário). Nos grupos terciário e secundário, o início de carreira ocorre por volta dos treze anos de idade e para os pertencentes à classe terciária aos quatorze anos. Pode-se argumentar que tal fato relaciona-se às exigências de maior nível de instrução para as ocupações mais qualificadas e, portanto, ao maior tempo dedicado aos estudos. Ou seja, quanto mais se posterga a idade ao entrar no mercado e estende-se o período da formação educacional, mais altos são os níveis sociais esperados.

Tabela 6
CLASSE OCUPACIONAL ATUAL E IDADE AO COMEÇAR, POR GRUPOS DE IDADE – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Classe Ocupacional</th>
<th>Grupos de Idade</th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>18-24</td>
<td>25-34</td>
<td>35-44</td>
<td>45-54</td>
<td>55-64</td>
<td>Total</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>17.05</td>
<td>16.33</td>
<td>16.75</td>
<td>16.17</td>
<td>17.11</td>
<td>16.68</td>
</tr>
<tr>
<td>Qterciário</td>
<td>14.61</td>
<td>14.06</td>
<td>13.64</td>
<td>13.12</td>
<td>11.17</td>
<td>13.17</td>
</tr>
<tr>
<td>Secundário</td>
<td>14.04</td>
<td>13.70</td>
<td>13.09</td>
<td>12.99</td>
<td>14.01</td>
<td>13.15</td>
</tr>
<tr>
<td>Primário</td>
<td>15.00</td>
<td>11.13</td>
<td>11.43</td>
<td>11.50</td>
<td>10.75</td>
<td>11.62</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>13.68</td>
<td>15.36</td>
<td>14.29</td>
<td>13.56</td>
<td>13.25</td>
<td>14.02</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Analisando-se os cortes etários percebe-se a elevação da idade ao começar para todas as classes. Os indivíduos entre 55 e 64 anos iniciaram suas carreiras na classe primária aos 10,8 anos enquanto o grupo de 18-24 o fez aos 15 anos. Ou seja, mesmo em atividades extrativistas e do setor agropecuário, houve um aumento da idade ao entrar no mercado de trabalho. Outra classe que observou aumentos significativos da idade ao começar foi a qterciária, onde a idade passa de onze para quase quinze anos. Para as demais classes, superior, terciário e secundário, registraram-se pequenas oscilações, mantendo-se praticamente inalteradas (Tabela 6).

Por outro lado, vale notar que as diferenças de idade de entrada no mercado de trabalho entre as classes ocupacionais atuais ao longo do período reduzem-se. Exemplo disso é que para o grupo etário 55-64 as idades ao entrar no mercado de trabalho variavam de onze a dezessete anos, ao passo que na geração 18-24 a variação é bem menor, de quinze a dezessete anos, para as classes primária e superior,
respetivamente. Este fato pode indicar que, independente da atual classe ocupacional, os indivíduos têm entrado mais tardiamente no mercado de trabalho e as diferenças entre as classes, no que se refere à idade no início de carreira, têm se reduzido.

No que se refere ao status no início da carreira tem-se que quanto mais precoce é a entrada no mercado de trabalho, mais ela se dá em níveis ocupacionais mais baixos. No Brasil, 72% dos indivíduos que iniciaram o trabalho com 14 anos ou menos entraram no estrato baixo-inferior. No outro extremo, temos que 30,8% dos que entraram no mercado com idade superior aos 26 anos tiveram como status inicial a categoria alta, enquanto apenas 7,2 iniciaram a vida ativa na categoria baixo-inferior (Pastore, 1979).

Apesar da idade ao começo ter se elevado tanto no Brasil quanto na RMBH, não se pode perder de vista que são as classes mais desfavorecidas as que têm maior necessidade de iniciar precocemente a carreira e que, por isso, estão mais vulneráveis a permanecer na parte inferior da hierarquia social. A esses não sobra o tempo necessário para acumular os recursos para alcançar melhores condições de vida.

A MOBILIDADE OCUPACIONAL INTERGERACIONAL NA RMBH

A Tabela 7 relaciona o status social do filho em 1988 e o status do pai quando o filho começou a trabalhar. As porcentagens das linhas refletem os fluxos da origem social para o destino. Os totais das linhas e colunas representam as proporções de cada classe (ou estrato) de origem e destino. A análise das variações ocorridas entre essas duas estratificações sociais reflete as mudanças na estrutura ocupacional entre as gerações consideradas.

Cerca de um terço dos filhos de pais pertencentes ao estrato alto mantiveram esse status, ao passo que os dois terços restantes descenderam, ou seja, encontram-se numa posição inferior à dos pais. Ainda assim, cerca de 52% tiveram mobilidade descendente somente até os níveis médio-superior ou médio-médio e apenas 16% ocupavam os níveis médio-inferior ou baixo-superior. Por outro lado, apenas 2,8% dos filhos de pais do estrato baixo-inferior permaneceram nesse status. Todavia, é importante frisar que mais de dois terços dos filhos dos pais daquele grupo encontram-se nos estratos baixo-superior e médio-inferior, ou seja, a grande maioria subiu poucos degraus na escala social. Para os demais estratos percebe-se que os filhos encontram-se, majoritariamente, nas mesmas posições ou próximas às posições dos pais.
Tabela 7
ESTRATO OCUPACIONAL ATUAL DO FILHO E ESTRATO DO PAI MOBILIDADE OCUPACIONAL INTERGERACIONAL – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Estrato do Pai</th>
<th>Alto</th>
<th>Médio-superior</th>
<th>Médio-médio</th>
<th>Médio-inferior</th>
<th>Baixo-superior</th>
<th>Baixo-inferior</th>
<th>Total</th>
<th>Total dos pais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>31.76</td>
<td>13.15</td>
<td>38.92</td>
<td>11.23</td>
<td>4.94</td>
<td>0.00</td>
<td>100.00</td>
<td>6.42</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-superior</td>
<td>30.77</td>
<td>20.56</td>
<td>33.07</td>
<td>8.79</td>
<td>6.81</td>
<td>0.00</td>
<td>100.00</td>
<td>5.85</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-médio</td>
<td>15.48</td>
<td>14.00</td>
<td>41.65</td>
<td>16.24</td>
<td>12.26</td>
<td>0.37</td>
<td>100.00</td>
<td>21.68</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-inferior</td>
<td>4.86</td>
<td>3.24</td>
<td>29.55</td>
<td>38.47</td>
<td>23.03</td>
<td>0.85</td>
<td>100.00</td>
<td>22.24</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-superior</td>
<td>4.01</td>
<td>3.64</td>
<td>23.37</td>
<td>31.55</td>
<td>37.07</td>
<td>0.36</td>
<td>100.00</td>
<td>11.03</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-inferior</td>
<td>2.57</td>
<td>2.07</td>
<td>17.88</td>
<td>36.00</td>
<td>38.64</td>
<td>2.84</td>
<td>100.00</td>
<td>32.78</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>9.56</td>
<td>6.88</td>
<td>28.47</td>
<td>28.59</td>
<td>25.25</td>
<td>1.24</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Analisando sob outra ótica a origem social dos diversos estratos atuais, podemos perceber, a partir da Tabela 8, que apenas 21% dos indivíduos que formavam o estrato alto eram filhos de pais do mesmo estrato. Ou seja, de cada dez indivíduos do estrato alto apenas dois são auto-recrutados, os outros são provenientes de outra origem social. O mesmo ocorre para o estrato médio-superior, onde 17% dos indivíduos tinham pais com o mesmo status. Próximo de um terço dos indivíduos dos outros estratos médios foram auto-recrutados. Por outro lado, destaca-se a grande proporção de indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos cujos pais eram do estrato baixo-inferior.

Tabela 8
ORIGEM SOCIAL DOS DIVERSOS ESTRATOS ATUAIS – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Estrato do Pai</th>
<th>Alto</th>
<th>Médio-superior</th>
<th>Médio-médio</th>
<th>Médio-inferior</th>
<th>Baixo-superior</th>
<th>Baixo-inferior</th>
<th>Total</th>
<th>Total dos pais</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>21.31</td>
<td>12.26</td>
<td>8.77</td>
<td>2.52</td>
<td>1.26</td>
<td>0.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-superior</td>
<td>18.84</td>
<td>17.49</td>
<td>6.80</td>
<td>1.80</td>
<td>1.58</td>
<td>0.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-médio</td>
<td>35.09</td>
<td>44.10</td>
<td>31.71</td>
<td>12.32</td>
<td>10.53</td>
<td>6.45</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-inferior</td>
<td>11.30</td>
<td>10.46</td>
<td>23.09</td>
<td>29.92</td>
<td>20.28</td>
<td>15.32</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-superior</td>
<td>4.63</td>
<td>5.83</td>
<td>9.06</td>
<td>12.17</td>
<td>16.19</td>
<td>3.23</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-inferior</td>
<td>8.83</td>
<td>9.87</td>
<td>20.58</td>
<td>41.27</td>
<td>50.16</td>
<td>75.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
<td>100.00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As mudanças na estrutura produtiva afetaram fortemente esses resultados. O estrato baixo-inferior, entre os filhos, é cerca de 96% menor do que entre seus pais. Este fato reflete as transformações do mercado de trabalho agrícola, os fluxos de migração rural-urbana e a acelerada urbanização. O aumento de 129% observado pelo estrato baixo-superior reforça essa afirmativa. Ou seja, dada a redução do peso do emprego agrícola e o avanço do movimento de modernização da economia, grandes contingentes populacionais migraram para os centros urbanos, especialmente para regiões metropolitanas, para ocupar as novas e crescentes oportunidades de emprego geradas nas cidades. Como as ocupações incluídas nesse estrato são caracterizadas por atividades não-qualificadas na área urbana, os migrantes inseriram-se nesse grupo, tendo em vista que essas ocupações não exigiam conhecimentos formais. Os estratos médios observaram pequenos acréscimos, entre 17 e 31%. O estrato alto foi o segundo que mais se expandiu – quase 50%. Uma possível explicação deve-se à grande presença de profissionais liberais, proprietários e altos funcionários públicos na RMBH (Tabela 9).

### Tabela 9

**MUDANÇA NA ESTRUTURA OCUPACIONAL – RMBH, 1988**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Estrato Ocupacional</th>
<th>Situação dos pais (1)</th>
<th>Situação dos filhos (2)</th>
<th>Expansão/ redução (2-1)</th>
<th>Expansão/ redução em relação aos pais (2-1)/1*100</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>6.42</td>
<td>9.56</td>
<td>3.14</td>
<td>49.01</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-superior</td>
<td>5.85</td>
<td>6.88</td>
<td>1.03</td>
<td>17.52</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-médio</td>
<td>21.68</td>
<td>28.47</td>
<td>6.79</td>
<td>31.33</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-inferior</td>
<td>22.24</td>
<td>28.59</td>
<td>6.35</td>
<td>28.54</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-superior</td>
<td>11.03</td>
<td>25.25</td>
<td>14.22</td>
<td>128.89</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-inferior</td>
<td>32.78</td>
<td>1.24</td>
<td>-31.54</td>
<td>-96.22</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Essas transformações na estrutura produtiva permitiram a mais da metade dos indivíduos ascender socialmente em relação a seus pais, cerca de um quarto mantiveram-se na mesma posição e menos de 20% descerem (Tabela 10). Contudo, o foco nos cortes etários permite o destaque de alguns fatos. Em primeiro lugar, percebe-se uma contínua redução da proporção de indivíduos que não experimentaram mobilidade social, à medida que reduzem-se as idades dos filhos. Em segundo lugar, destaca-se o enorme aumento da mobilidade descendente para o grupo etário 10-24 anos. A mobilidade
social descendente, que para os demais grupos etários variava entre 14% e 19% passa para 37% para o grupo mais jovem. Entretanto, apesar da expansão ter sido significativa, não se deve exagerar no argumento da redução das oportunidades de ascensão social, pois esse grupo etário ainda não atingiu o auge de suas carreiras, podendo ainda alcançar ou mesmo ultrapassar o status obtido por seus pais.

Tabela 10

MOBILIDADE INTERGERACIONAL
POR GRUPOS ETÁRIOS – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipo de Mobilidade</th>
<th>10-24</th>
<th>25-34</th>
<th>35-49</th>
<th>50-64</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mobilidade Total</td>
<td>79.65</td>
<td>69.73</td>
<td>67.15</td>
<td>63.50</td>
<td>74.18</td>
</tr>
<tr>
<td>Mobilidade Ascendente</td>
<td>42.28</td>
<td>51.96</td>
<td>51.26</td>
<td>49.59</td>
<td>55.31</td>
</tr>
<tr>
<td>Mobilidade Descendente</td>
<td>37.37</td>
<td>17.77</td>
<td>15.89</td>
<td>18.91</td>
<td>18.87</td>
</tr>
<tr>
<td>Imobilidade</td>
<td>20.35</td>
<td>30.27</td>
<td>32.85</td>
<td>36.50</td>
<td>25.82</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Os dados para o Brasil mostram que a participação relativa da mobilidade descendente aumentou muito (de 19,4% da mobilidade total em 1973 para 42,2% em 1988). Pastore, Haller (1993) concluíram que parte da mobilidade descendente deve-se à mudança do status do pai. De fato, nas primeiras décadas do presente século grande parte dos pais era de origem rural e, como vimos, pela própria hipótese de que a migração pode refletir uma melhoria social, a resultante era que a mobilidade intergeracional era bastante elevada. Nas décadas mais recentes, dado que grande parte da migração rural-urbana já havia ocorrido, o espaço livre para que a mobilidade ascendente ocorra reduz-se. No entanto, grande parte da explicação do crescimento da descensão social é devida à queda do crescimento econômico nos anos oitenta, que contribuiu para a redução das oportunidades de emprego e para o aumento da mobilidade descendente, visto que muitos indivíduos passaram a ocupar postos de menor status para evitar o desemprego. Se os estudos de mobilidade social incluíssem a massa de desempregados talvez o grau de descensão social fosse muito maior.

Por último, vale analisar a importância do nível educacional do pai vis-à-vis a inserção do filho no mercado de trabalho. Os dados da Tabela 11 mostram que 81% dos indivíduos que iniciaram no mercado de trabalho no estrato baixo-superior e 90% daqueles que
iniciaram no estrato baixo-inferior eram filhos de pais com pequeno nível de instrução (analfabetos e 1º grau incompleto). Nos estratos médios há uma predominância de pais com o 1º grau incompleto apesar de, no estrato médio-inferior, ainda ser considerável a proporção de pais analfabetos. Por outro lado, já é representativo o número de pais de indivíduos do estrato médio-médio e médio-superior que frequentaram faculdade. Os indivíduos que iniciaram no estrato alto são, em grande parte, filhos de pais com o 2º grau e nível superior.

**Tabela 11**

*NÍVEL EDUCACIONAL DO PAI E ESTRATO INICIAL DO FILHO – RMBH, 1988*

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível educacional do pai</th>
<th>Estrato social inicial do filho</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Alto</td>
</tr>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>2.28</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau incompleto</td>
<td>22.75</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau Completo</td>
<td>11.37</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>24.98</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>34.07</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>4.55</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A análise dos níveis educacionais dos pais e do estrato atual do filho revela que a situação não se altera. Ou seja, os filhos que pertenciam, no momento da pesquisa, aos estratos baixos possuíam proporções expressivamente maiores de pais com baixo nível de instrução (não-alfabetizados e 1º grau incompleto). Mas, de qualquer forma, cerca de 48% dos filhos pertencentes ao estrato alto também possuíam pais analfabetos ou com o 1º grau incompleto, contra 38% cujos pais haviam concluído o 2º grau ou o nível superior (Tabela 12).

Os resultados apresentados nas Tabelas 11 e 12 evidenciam a importância da “origem educacional” dos filhos para a sua inserção e posição atual no mercado de trabalho. Ou seja, a origem social possui grande importância na determinação da posição social de uma pessoa na estratificação social. Entretanto, é necessário ressaltar que apenas uma boa origem social não conduz, necessariamente, a um status elevado.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível educacional do pai</th>
<th>Estrato ocupacional atual do filho</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Alto</td>
</tr>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>2.20</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau incompleto</td>
<td>46.23</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau completo</td>
<td>9.44</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>16.98</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>21.07</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>4.09</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>8.89</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A MOBILIDADE OCUPACIONAL INTRAGERACIONAL

A mobilidade intrageracional diz respeito à evolução ao longo da carreira do indivíduo e reflete como a experiência repercute no status social. A expectativa é que grande parte dos trabalhadores mudem de status ocupacional, pois se espera que os ganhos em experiência e qualificação possibilitem a ocupação de melhores postos e a ascensão social. No entanto, são as relações entre a oferta e demanda no mercado de trabalho que irão condicionar o nível de mobilidade ocupacional.

Em momentos de retração da demanda do trabalho, as oportunidades de ascensão ocupacional reduzem-se, pois a geração de novos postos torna-se insuficiente para que os atuais trabalhadores subam na escala social, e para que novos contingentes de trabalhadores sejam absorvidos nos postos vagos. Por outro lado, em contextos de mudança tecnológica e concomitante transformação da estrutura ocupacional, a exigência de novas capacidades e habilidades dos trabalhadores impõe dificuldades de ascensão àquelas que não se encontram aptos a desempenhar as novas funções. Entretanto, apesar de encontrarem obstáculos para trabalhar nos setores mais dinâmicos da economia, outros setores menos desenvolvidos podem absorvê-los. Por último, vale mencionar que os trabalhadores, mesmo passando a
ocupar melhores postos — obtendo ganhos na escala ocupacional —, nem sempre auferem ganhos salariais reais. Ou seja, não necessariamente a ascensão ocupacional resulta em melhoria salarial.

A análise da mobilidade intrageracional utiliza-se das variáveis estratos (ou classes) iniciais e atuais dos indivíduos. Estas variáveis possibilitam compreender em quais ocupações os indivíduos iniciaram a carreira, as transições ocorridas ao longo do período e os tipos de mobilidade observados. Além da análise para o conjunto da amostra, far-se-ão os cortes por idade e sexo, o que permitirá um exame da evolução dos padrões de mobilidade social de forma mais desagregada.

A Tabela 13 apresenta o estrato inicial e atual do indivíduo. As linhas refletem para quais estratos se dirigiram os indivíduos que tiveram uma mesma inserção (mesmo estrato) no mercado de trabalho. Entre os que começaram a trabalhar no estrato alto mais de 70% mantiveram-se na mesma posição e o restante (27,5%) passou para os estratos médios. Fato semelhante ocorre no estrato médio-superior. Há uma grande imobilidade nos estratos médio-médio, médio-inferior e baixo-superior (mais de 40%). Por outro lado, a maior parte dos indivíduos que iniciou no estrato baixo-inferior ascendeu na hierarquia social. Todavia, pode-se perceber que apenas 4% atingiram os estratos alto e médio-superior, enquanto 77% ascenderam somente até os estratos médio-inferior e baixo-superior.

**Tabela 13**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Estrato Inicial</th>
<th>Estrato Ocupacional Atual</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Alto</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>72.55</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-superior</td>
<td>37.69</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-médio</td>
<td>18.87</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-inferior</td>
<td>6.37</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-superior</td>
<td>4.07</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-inferior</td>
<td>2.61</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>9.06</td>
</tr>
</tbody>
</table>


**Tabela 14**

**MOBILIDADE INTRAGERACIONAL**
**POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO – RMBH**
**1988**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tipos de Mobilidade</th>
<th>Homens</th>
<th>Mulheres</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>10-24</td>
<td>25-34</td>
<td>35-49</td>
</tr>
<tr>
<td>Mob. Total</td>
<td>56.26</td>
<td>71.69</td>
<td>75.53</td>
</tr>
<tr>
<td>Mob. Ascendente</td>
<td>44.65</td>
<td>65.50</td>
<td>69.72</td>
</tr>
<tr>
<td>Mob. Descendente</td>
<td>11.61</td>
<td>6.20</td>
<td>5.81</td>
</tr>
<tr>
<td>Imobilidade</td>
<td>43.74</td>
<td>28.31</td>
<td>24.47</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Apesar da necessidade de algumas qualificações, o argumento que desprende da análise acima é que a sociedade brasileira e, em particular a da RMBH, encontra-se cada vez menos permeável. A cada dia que passa, maiores são as dificuldades de ascender na escala social, mostrando assim, como a estrutura social tem se tornado mais fechada.

Entretanto, não obstante as semelhanças de padrão da mobilidade ascendente e imobilidade para homens e mulheres, algumas diferenças de nível e mobilidade descendente merecem ser mencionadas.

Em primeiro lugar, a parcela de mulheres imóveis é praticamente o dobro da dos homens, para qualquer faixa etária, o que indica que as mulheres tendem a permanecer, bem mais que os homens, no mesmo estrato social ao longo da carreira. Cerca de 75% das mulheres entre 10 e 24 anos encontram-se no mesmo estrato de origem. Entretanto, essa informação deve ser analisada com cuidado, pois essas mulheres estão no início de carreira, havendo ainda a possibilidade de ascenderem socialmente (Tabela 14).
Em segundo lugar, enquanto os homens apresentam, como era de se esperar, proporções crescentes de mobilidade ascendente na medida em que aumenta a idade, o mesmo não ocorre no segmento feminino. A proporção de mulheres na faixa etária de 35 anos e mais com mobilidade ascendente é menor do que entre mulheres jovens de 25-34 anos. Ou seja, a geração mais recente está apresentando maior proporção de mobilidade ascendente do que as mulheres de gerações passadas.

A proporção de mulheres na população economicamente ativa (PEA) aumentou muito nas últimas décadas. Para a amostra selecionada da RMBH, obteve-se, na faixa etária 50-64 anos, cerca de um terço de mulheres trabalhadoras e o dobro de homens, ao passo que para o grupo etário mais jovem (10-24), as proporções atingem 42,9% e 57,1%, respectivamente. Permanecendo essa tendência, o mercado de trabalho tende a ficar cada vez mais competitivo, dada a maior participação feminina na PEA e redução (relativa) do requisito trabalho, em razão da modernização tecnológica. Como destaca Paiva (1986), apesar da transição demográfica ter se intensificado no país, a queda da fecundidade pode significar, no futuro, um decréscimo da população em idade ativa. Por outro lado, pode representar um aumento da participação feminina no mercado de trabalho. O ponto central, então, passa a ser a capacidade da economia em criar um volume de empregos em escala suficiente para a absorção da mão-de-obra.

Outro ponto interessante revelado pelas matrizes de mobilidade intrageracional é a comparação, por sexo e idade, da inserção e evolução no mercado de trabalho (Tabela 13). Para homens e mulheres, em todas as faixas de idade, é muito pequena a participação dos que iniciam nos estratos alto e médio-superior e bastante elevada a proporção dos que começam a trabalhar nos estratos baixos. No entanto, à medida que os grupos etários tornam-se mais jovens, há um aumento da inserção nos estratos médios. Apesar da mobilidade observada, ainda é significativa a parcela de mulheres que permanecem no estrato baixo-superior nas idades mais avançadas, enquanto os homens passam para o estrato médio-inferior. Há um aumento do estrato alto, para ambos os sexos, nos grupos etários de idade mais avançada, o que indica a ocorrência de mobilidade ascendente devido aos ganhos em experiência.

9 O problema da criação de empregos em escala suficiente para absorver a oferta de mão-de-obra não é exclusivo da RMBH. Trata-se de um fenômeno mundial que ocorre devido às mudanças da base tecnológica e da reestruturação produtiva.

10 Apesar de no grupo etário mais jovem também haver parcela significativa de mulheres no estrato baixo-superior, vale novamente destacar que esse grupo encontra-se no início da carreira, ainda havendo tempo para ascender na escala social.
Tabela 15

PROPORÇÃO DOS ESTRATOS INICIAL E ATUAL, POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO – RMBH, 1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Estratos</th>
<th>Mulheres 10-24</th>
<th>Homens 10-24</th>
<th>Mulheres 25-34</th>
<th>Homens 25-34</th>
<th>Mulheres 35-49</th>
<th>Homens 35-49</th>
<th>Mulheres 50-64</th>
<th>Homens 50-64</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>EI</td>
<td>EA</td>
<td>EI</td>
<td>EA</td>
<td>EI</td>
<td>EA</td>
<td>EI</td>
<td>EA</td>
</tr>
<tr>
<td>Alto</td>
<td>1.2</td>
<td>2.4</td>
<td>1.9</td>
<td>9.0</td>
<td>1.7</td>
<td>8.2</td>
<td>1.2</td>
<td>5.8</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-superior</td>
<td>1.2</td>
<td>2.4</td>
<td>2.5</td>
<td>5.9</td>
<td>2.0</td>
<td>5.8</td>
<td>0.6</td>
<td>2.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-médio</td>
<td>39.3</td>
<td>40.5</td>
<td>49.8</td>
<td>48.0</td>
<td>32.8</td>
<td>25.2</td>
<td>22.7</td>
<td>16.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Médio-inferior</td>
<td>9.5</td>
<td>14.3</td>
<td>7.5</td>
<td>17.1</td>
<td>4.7</td>
<td>9.8</td>
<td>4.1</td>
<td>7.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-superior</td>
<td>45.2</td>
<td>40.5</td>
<td>31.8</td>
<td>19.3</td>
<td>49.5</td>
<td>60.8</td>
<td>57.0</td>
<td>60.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Baixo-inferior</td>
<td>3.6</td>
<td>0.0</td>
<td>6.5</td>
<td>0.6</td>
<td>9.3</td>
<td>0.2</td>
<td>14.5</td>
<td>0.0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: EI = Estrato inicial; EA = Estrato atual.

Por último, vale analisar a questão da educação em relação aos estratos inicial e final. A Tabela 16 indica que apenas 1,2% dos indivíduos iniciam a carreira no estrato alto e que cerca de 80% desses possui nível superior. Fato semelhante ocorre no estrato médio-superior. Por outro lado, 19,3% dos residentes na RMBH começaram a trabalhar em ocupações do estrato baixo-inferior e, na sua grande maioria (92%), ou são analfabetos ou não completaram o primeiro grau. Grande parte dos indivíduos inicia a carreira no estrato baixo-superior (39,7%) e possuem, majoritariamente, o 1º grau incompleto. Nos demais estratos médios o nível educacional concentra-se entre 1º grau incompleto e 2º grau.

A Tabela 17 apenas reforça essas informações, mostrando que para atingir níveis elevados na estrutura social a qualificação educacional é bastante requerida. Assim, o que se percebe é que as oportunidades sociais ocorrem para os que estão melhor preparados, penalizando os que não tiveram chance de se qualificar. Segundo Barros, Mendonça (1994) se analisarmos a vida de um indivíduo como uma corrida, onde a primeira etapa corresponde à preparação e a segunda à competição propriamente dita, as diferenças de resultado associadas às diferenças de preparação (ex: educação) representam a parte apenas revelada, eventualmente amplificada, ao longo da competição, e não gerada ao longo dela. Nesse caso, a sociedade deve intervir para reduzir a heterogeneidade entre os participantes durante a fase de preparação.
Tabela 16
NÍVEIS EDUCACIONAIS E ESTRATO INICIAL – RMBH
1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível educacional</th>
<th>Alto</th>
<th>Médio-superior</th>
<th>Médio-médio</th>
<th>Médio-inferior</th>
<th>Baixo-superior</th>
<th>Baixo-inferior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>0.00</td>
<td>0.00</td>
<td>0.34</td>
<td>3.11</td>
<td>8.57</td>
<td>22.13</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau incompleto</td>
<td>4.27</td>
<td>8.49</td>
<td>16.53</td>
<td>58.61</td>
<td>64.02</td>
<td>69.86</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau completo</td>
<td>4.27</td>
<td>2.83</td>
<td>9.39</td>
<td>13.06</td>
<td>9.45</td>
<td>3.31</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>11.11</td>
<td>15.09</td>
<td>36.07</td>
<td>18.03</td>
<td>12.12</td>
<td>3.88</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>80.34</td>
<td>73.58</td>
<td>37.55</td>
<td>6.93</td>
<td>5.52</td>
<td>0.83</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>0.00</td>
<td>0.00</td>
<td>0.13</td>
<td>0.27</td>
<td>0.33</td>
<td>0.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>1.17</td>
<td>1.06</td>
<td>23.65</td>
<td>11.26</td>
<td>39.69</td>
<td>19.34</td>
</tr>
</tbody>
</table>


Tabela 17
NÍVEL EDUCACIONAL E ESTRATO ATUAL – RMBH
1988

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível Educacional</th>
<th>Alto</th>
<th>Médio-superior</th>
<th>Médio-médio</th>
<th>Médio-inferior</th>
<th>Baixo-superior</th>
<th>Baixo-inferior</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Não alfabetizado</td>
<td>0.31</td>
<td>0.00</td>
<td>1.08</td>
<td>5.51</td>
<td>12.53</td>
<td>15.25</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau incompleto</td>
<td>8.16</td>
<td>12.78</td>
<td>26.79</td>
<td>68.90</td>
<td>76.69</td>
<td>76.27</td>
</tr>
<tr>
<td>1º Grau completo</td>
<td>3.92</td>
<td>8.87</td>
<td>13.72</td>
<td>12.05</td>
<td>5.82</td>
<td>2.54</td>
</tr>
<tr>
<td>2º Grau</td>
<td>16.17</td>
<td>33.20</td>
<td>41.55</td>
<td>12.17</td>
<td>3.68</td>
<td>4.24</td>
</tr>
<tr>
<td>Superior</td>
<td>71.43</td>
<td>45.15</td>
<td>16.28</td>
<td>0.91</td>
<td>0.61</td>
<td>1.69</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>0.00</td>
<td>0.00</td>
<td>0.57</td>
<td>0.47</td>
<td>0.67</td>
<td>0.00</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>6.37</td>
<td>4.85</td>
<td>29.60</td>
<td>25.40</td>
<td>32.64</td>
<td>1.18</td>
</tr>
</tbody>
</table>


CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho evidenciou como a origem social e os diferenciais de educação encontram-se relacionados ao status social do indivíduo. A partir do estudo da mobilidade social intergeracional
demonstrou-se que os filhos de pais com pequeno nível de escolaridade ou baixo status ocupacional, apesar de ascenderem socialmente, mantêm-se em estratos próximos aos de seus pais — ou seja, sobem poucos degraus na escala social, enquanto os filhos das classes mais altas, tendem a ocupar melhores ocupações, devido à melhor qualificação que possuem. Mais da metade dos indivíduos ascendeu em relação a seus pais\(^{11}\), menos de 20% descendeu e aproximadamente um quarto manteve-se inalterado. Quando se analisa a mobilidade intrageracional percebe-se que as proporções de mobilidade ascendente são próximas das observadas na mobilidade intergeracional. No entanto, no que se refere à mobilidade descendente e imobilidade, algumas diferenças são notadas. Cerca de 40% dos trabalhadores encontram-se na mesma posição do início da carreira e apenas 6,4% pioraram de status ocupacional. Ou seja, o fenômeno da mobilidade descendente tem sido mais acentuado na mobilidade intergeracional que na mobilidade intrageracional; além disso, impressiona verificar a alta proporção de imóveis ao longo da carreira. Quando se realizam os cortes por sexo e idade, algumas diferenças na mobilidade intrageracional se fazem presentes.

Em primeiro lugar, a parcela de mulheres imóveis é quase o dobro da dos homens, em qualquer faixa etária. Em segundo lugar, enquanto os homens apresentam proporções crescentes de mobilidade ascendente, na medida em que aumenta a idade, o mesmo não ocorre com o segmento feminino. A proporção de mulheres com mais de 35 anos que ascendeu socialmente é menor do que entre as mulheres jovens do grupo de 25-34 anos. Ou seja, as mulheres mais jovens têm apresentado uma maior mobilidade ascendente do que nas gerações passadas.

Além dos resultados referentes aos cortes por sexo e idade, o estudo também buscou relacionar a questão educacional e o status dos indivíduos. Nesse sentido, pode-se perceber o quanto as diferenças de preparação encontram-se relacionadas com os diferenciais ocupacionais, que por sua vez, repercutem em diferenças salariais. Como mostram Barros, Mendonça (1993), a maior parte da desigualdade parece ser gerada não pelo mercado de trabalho, mas sim pelas desigualdades educacionais. Dessa forma, explicita-se a necessidade de se ampliar as oportunidades de ensino básico e secundário, mas sem descuidar do aspecto da qualidade do mesmo. Faz-se necessária uma revisão do sistema de acesso e da própria natureza e adequabilidade do ensino.

---

\(^{11}\) Neste ponto estamos nos referindo à mobilidade ocupacional.
No entanto, há de se mencionar que a tarefa de reduzir os desniveis sociais não é fácil e depende de escolhas políticas complexas. Estas escolhas baseiam-se em critérios de justiça social e impõem um novo perfil de valores na sociedade (Abranches, 1987). Além disso, como lembra o autor é muito difícil ter uma política social que não gere reações, visto que as mudanças necessárias envolvem quase sempre uma transferência de benefícios ou recursos. Contudo, a política social poderia constituir-se numa ação pública e, nesse sentido, representaria uma transferência unilateral de recursos não obedecendo, assim, à lógica do mercado, que pressupõe trocas recíprocas. Entretanto, ainda assim ter-se-ia que analisar a atuação do Estado, tendo em vista o jogo de interesses dos atores relevantes.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


MATOS, R. E. S. *Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas sobre influência de Belo Horizonte*, (no prelo), Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1994. (Tese de Doutorado)


